

# Missão de Maciel será dividir peemedebistas na Constituinte

**ALEXANDRE POLES**  
Enviado especial a Brasília

ANC 109.5  
De comum acordo com o presidente José Sarney, o ministro demissionário do Gabinete Civil, Marco Maciel, voltará ao Senado e assumirá a presidência do PFL com a missão de tentar, mais uma vez, a rearticulação de um bloco governista dentro do Congresso constituinte. Em outras palavras, sua tarefa será fazer aquilo que o líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BÁ), não conseguiu: dividir o PMDB, atraindo para um mesmo bloco os "moderados" peemedebistas, o PFL, o PDS, o PTB e o PL.

A saída de Maciel não significa que os demais ministros do partido tomarão o mesmo caminho, nem que o PFL, sob sua presidência, adotará um discurso de oposição ao governo, como quer uma parte dos pefelistas. Ao contrário, Maciel tentará fazer "uma nova edição da Aliança Democrática", como ele mesmo disse anteontem. Essa reedição implicará na tentativa de diminuir os atuais poderes do presidente do PMDB e da

Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

O secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), 47, disse ontem que a primeira consequência da volta de Maciel para o Senado será trazer para o PFL "uma voz de grande ressonância, no nível do presidente do PMDB". O PFL espera que Maciel seja capaz de tornar-se uma liderança tão forte quanto Ulysses, um novo polo de aglutinação política, portanto, capaz de rivalizar com o presidente do PMDB.

Este raciocínio parte do reconhecimento do fracasso do deputado Carlos Sant'Anna em sua missão de articular um bloco governista. Boicoteado pelo próprio Ulysses, quando foi indicado líder do governo, e golpeado seriamente quando o PMDB elegeu Covas para a liderança, Sant'Anna jamais conseguiu exercer plenamente a função de líder do governo.

O líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi (PTB-SP), 50, não escondeu ontem sua satisfação com a saída de Maciel do ministério e sua volta ao Congresso. "Ele tem

uma posição em relação ao governo parecida com a nossa, ele buscará a unidade, a construção de um grupo de suporte para o governo", disse. Righi afirmou ainda que, com Maciel, o PTB espera ter "um peso" junto ao governo que hoje não tem.

Se a missão de Maciel é tentar dividir o PMDB e recompor a Aliança Democrática, correrá o risco, nesta tentativa, de dividir seu próprio partido. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), 61, disse ontem que a saída de Maciel do ministério não significará um reforço da sustentação governista no Congresso mas sim que ele "sairá do esquema governamental". A deputada é uma das maiores defensoras do rompimento do PFL com o governo e chega a pregar eleições presidenciais já no começo do ano que vem.

O senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), 43, foi na mesma linha. Ele não acredita que Maciel tenha condições políticas de ser um articulador interpartidário no Congresso. Segundo Gadelha, uma condição indispensável para exercer essa função seria ele estar filiado ao PMDB.

Banco de Dados



O senador Marco Maciel

## Dirigentes se reúnem para discutir a Aliança

Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, Aureliano Chaves, ministro das Minas e Energia, e Marco Maciel, chefe (demissionário) do Gabinete Civil, reúnem-se hoje, em Brasília, para discutir a Aliança Democrática, coligação PMDB-PFL que levou Tancredo Neves/José Sarney à Presidência da República.

O encontro entre os três pesos pesados do esquema de sustentação do governo visa decidir se a Aliança Democrática ainda continua valendo ou é uma peça de museu. E é óbvia a importância da reunião: se os três (signatários do "Compromisso com a Nação", certidão de nascimento da AD) acharem que a coligação deixou de existir, todo o sistema de forças do governo terá que ser recomposto em novas bases.

A julgar pela postura de Aureliano Chaves e Marco Maciel, entretanto, é altamente improvável que os três

assinem o atestado de óbito da Aliança. Anteontem, Maciel já definiu seu papel, após deixar o Gabinete Civil, como o de recosturar a coligação. E, ontem, Aureliano Chaves disse à Folha que, em sua opinião, a AD continua valendo porque ela só se esgotará com a votação da nova Constituição. "Enquanto isso não acontecer, a Nova República, fruto da Aliança Democrática, será apenas uma silhueta", afirma o ministro das Minas e Energia.

Aureliano garante que a reforma ministerial não será o tema central do encontro, porque a considera uma questão "acessória". Mas é evidente que a definição dos três a respeito da validade ou não da Aliança Democrática terá um peso fundamental na recomposição do Ministério, inclusive a manutenção ou não de Dilson Funaro na Fazenda. (CR)